

5º Congresso Nacional dos Economistas

Lisboa, 8 de Outubro de 2013

Intervenção do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho

Senhor Bastonário da Ordem dos Economistas,

Participantes neste Congresso,

Minhas senhoras e meus senhores,

É com muito gosto que regresso ao Congresso da Ordem dos Economistas depois de ter tido a oportunidade de aqui ter estado em Outubro de 2011. Há dois anos, na primeira fase do nosso Programa de Assistência, chamei a atenção para o facto de os três grandes princípios orientadores da política económica e financeira do Governo – a estabilização financeira, a consolidação orçamental e a agenda de transformação estrutural da economia e das instituições – serem inseparáveis uns dos outros. Queria, então, dizer que esses três princípios se apoiavam mutuamente, e que sacrificar um deles para um suposto benefício dos restantes conduziria ao fracasso do Programa e comprometeria seriamente a promoção de uma nova trajetória de prosperidade para Portugal.

A nossa estratégia tinha de ser abrangente e integrada, com visão de conjunto, porque essa era a exigência das circunstâncias complexas do País e a resposta indispensável a um diagnóstico sério e rigoroso dos frustrantes resultados económicos que Portugal registara nos dez anos anteriores. Por um lado, tínhamos, e temos ainda, de responder à crise grave que o ano de 2011 nos trouxe. Mas, por outro lado, teríamos de atacar os problemas e bloqueios responsáveis pelo quadro muito negativo de crescimento económico que marcara o período em causa. Basta pensar que, enquanto a economia mundial cresceu a bom ritmo nessa fase, a economia portuguesa teve um desempenho tão débil quanto os Estados Unidos na Grande Depressão, e um registo ainda mais fraco do que o Japão durante a sua “Década Perdida”, entre 1992 e 2002.

Na nossa capacidade de produzir riqueza perdemos uma década, ou até mais. Isto é ainda mais verdadeiro se pensarmos numa outra lição que a crise financeira mundial nos trouxe. A de que é preciso, não só olhar para as taxas de crescimento anual, mas também aferir a sustentabilidade desse crescimento.

Portugal aprendeu às suas próprias custas que não é indiferente o modo como o crescimento, por débil que seja, é financiado. Um modelo de crescimento que por cada movimento de expansão requer volumes desproporcionados de dívida não é sustentável. Fomos acumulando montantes exorbitantes de dívida pública e de dívida externa para níveis negligenciáveis de crescimento. Com a manutenção de bloqueios e carências estruturais da nossa economia, nem mesmo essas doses massivas de estímulo económico foram capazes de melhorar a situação. Pelo contrário, deixaram-na muito mais enfraquecida para lidar com o futuro. Demorámos demasiado tempo até

compreendermos esta debilidade estrutural que comprometeu as nossas possibilidades de desenvolvimento, e que em última análise conduziu ao colapso da primavera de 2011. Estes são factos a que não podemos fechar os olhos e que nos devem obrigar a repensar as políticas de crescimento a que o País se sujeitou nos últimos dez ou vinte anos.

Visto desta forma, o crescimento insignificante que tivemos foi, em termos de capacidade produtiva, uma verdadeira contração das possibilidades económicas do País. Portanto, a tarefa para o presente e para o futuro do desenvolvimento nacional é assegurar o crescimento sustentável, que não dependa de endividamento exorbitante, nem do desvio artificial de recursos para sectores fechados.

Há dois anos, a mudança era imperiosa – e continua a sê-lo. E os factos a que aludi devem advertir, não só para a impossibilidade de regressar aos modos do passado, mas sobretudo para a sua indesejabilidade. A mudança é parte do projeto de construir um novo futuro económico. Voltar para trás significaria destruir esse futuro.

Minhas senhoras e meus senhores,

O objectivo nacional de fecharmos o Programa de Assistência em Junho de 2014 deve ser visto neste contexto mais amplo e que consiste, no fundo, na renovação da nossa economia. As reformas estruturais levadas a cabo na economia e no ambiente regulatório tiveram precisamente esse propósito.

Renovar a economia significa torná-la mais aberta, no plano externo e no plano interno. Significa proporcionar uma economia para as pessoas, para todas as pessoas. Uma economia que seja um espaço equitativo de oportunidades, insisto, para todos. Temos pois de nos afastar das reservas exclusivas de privilégio para os que se movem perto do poder político ou para os que têm mais controlo sobre a agenda mediática.

Na renovação da nossa economia, os empresários inovadores desempenham o papel central. É das suas empresas que virão muitos dos novos empregos e a inovação que tornará a economia portuguesa mais competitiva. Por todo o País assistimos a uma multiplicação de projetos empresariais inovadores e inteiramente disponíveis para se integrarem na economia global. São pessoas com iniciativa que trabalham no presente mas não prescindem de visitar o futuro, à procura das novas tendências, das novas tecnologias e sobretudo de novas ideias, antecipando a própria evolução dos mercados.

Aqui, o valor social da concorrência adquire importância crucial. Uma economia assente na concorrência, que identifica como fonte de riqueza o encontro de ideias e projetos diferentes, corresponde melhor do que qualquer alternativa à economia mais democrática de que vos falo. Uma grande parte da energia criativa da nossa economia foi sujeita a este desnivelamento nos últimos anos e agora começamos a assistir ao seu ressurgimento. Temos, portanto, de prosseguir esta mudança para uma economia aberta à participação de todos.

Estas são questões fundamentais na reflexão sobre a sociedade que queremos preparar. Uma sociedade de pessoas livres e responsáveis, e de cidadãos iguais. Um

País respeitado e credível que esteja no centro – e não na longínqua periferia – da circulação de ideias e dos debates sobre os grandes temas do nosso tempo.

O modo como estruturarmos a nossa economia será decisivo para concretizar tal ambição. No fundo, trata-se de avançar para a conciliação de dois dos maiores valores políticos e sociais. Trata-se de conciliar a liberdade com a igualdade. Mas essa conciliação só é possível se a começarmos a operar na vida económica, e não se tentarmos corrigir os problemas exclusivamente por meios extraeconómicos. A redistribuição razoável de rendimento por via das políticas do Estado e a garantia de suporte aos membros mais vulneráveis da nossa sociedade continuam a ter um lugar insubstituível. Mas nunca serão suficientes, nem eficazes, se as disparidades mais profundas forem acentuadas pelas próprias regras do jogo económico.

A desigualdade tem custos económicos e sociais, individuais e colectivos. Temos de atacá-la, mas com inteligência e conscientes dos efeitos indiretos e indesejados das políticas públicas. Só conseguiremos resolver o problema da desigualdade de um modo satisfatório numa sociedade democrática e aberta, se o fizermos em conciliação com a liberdade. Eu acredito que essa conciliação é possível e desejável nas sociedades modernas. E tenho vincado que a vida económica baseada na concorrência e na abertura a todos ilustra de forma muito feliz essa possibilidade. É no jogo económico que se joga o essencial dessa conciliação de valores.

E a este respeito vale a pena sublinhar que também o Estado tem sido reformado com o mesmo objectivo. Diversas etapas da reforma do Estado foram sucessivamente completadas desde o início da atual legislatura. Estamos agora diante de uma nova etapa, mas isso não pode fazer-nos ignorar o que já foi feito.

Fazem parte dessas etapas já ultrapassadas as reformas na Administração Central e Local, que incluem momentos importantes como o PREMAC, a criação da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, ou ainda a reorganização do mapa autárquico e o novo Regime Jurídico do Sector Empresarial Local. Devem também ser recordadas as várias reformas na Justiça: a nova Lei de Organização do Sistema Judiciário, o novo regime de organização e funcionamento dos tribunais judiciais, a nova Lei da Arbitragem Voluntária, o novo Código das Insolvências e da Recuperação das Empresas, a Reforma da Ação Executiva, ou as mudanças profundas introduzidas nos Códigos de Processo Civil, Penal e de Processo Penal. Na área da Defesa, foi definido um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional e estamos a reestruturar as nossas Forças Armadas. Na área da regulação, apresentámos uma nova Lei-Quadro dos reguladores e criámos os Tribunais da Concorrência e da Propriedade Intelectual. Tudo isto constitui uma parte fundamental da reforma e modernização do Estado, e tudo isto já foi conseguido.

Mas também temos de olhar para a reforma do Estado social na Saúde e na Educação, que em tempos de contração devem ser levadas a cabo com inúmeros cuidados por serem áreas de provisão de bens e prestações sociais indispensáveis. O mesmo se aplica à Segurança Social, onde introduzimos novos princípios de condição de recursos, com mais justiça distributiva. E numa discussão sobre as mudanças em curso e a abertura da economia é incontornável referir os cortes avultados nos

encargos para o Estado com PPPs e com as rendas no Sector Energético, trazendo racionalidade, sustentabilidade e justiça a estes custos colectivos.

Minhas senhoras e meus senhores,

Dois anos após o início do ajustamento, os principais desequilíbrios têm sido corrigidos, tanto na dimensão externa, como na travagem do endividamento, bem como na estabilização do sistema financeiro.

Em 2012, Portugal alcançou um excedente face ao exterior de 0,3% do PIB, que foi reforçado no primeiro semestre de 2013. Portugal pode agora começar a reduzir a dívida externa, após décadas de défices persistentes.

As condições de financiamento da economia estão a ser reconstruídas e a estabilidade do sistema financeiro foi reforçada. Por um lado, o Tesouro recuperou gradualmente a sua capacidade de financiamento. A emissão de dívida a cinco e a dez anos demonstrou como o processo de regresso aos mercados está mais avançado do que inicialmente previsto. Acresce que o sistema bancário se encontra devidamente capitalizado e com acesso a níveis adequados de liquidez.

Por sua vez, o programa de privatizações reforçou o posicionamento estratégico do País na economia global e contribuiu diretamente para a captação de novas fontes de financiamento.

Além disso, no segundo trimestre de 2013 a contração da economia foi invertida com um crescimento acima de todas as expectativas, e os indicadores de conjuntura para o terceiro trimestre permitem acalentar a esperança de que esse crescimento continue. Ao mesmo tempo, também tem havido melhorias no mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a descer há 6 meses consecutivos até ao mês de agosto.

Para 2014, as previsões que resultaram da 8ª e 9ª revisões regulares da Troika apontam agora para um crescimento de 0,8%, e, pelo terceiro ano consecutivo, esperamos que a economia portuguesa apresente uma capacidade positiva de financiamento face ao exterior, reforçada para 3,4% do PIB, em resultado de uma melhoria na evolução da balança corrente.

Mas é preciso dizer que nada está definitivamente adquirido. Enfrentamos agora escolhas decisivas para potenciar todos estes resultados. Escolhas que temos de fazer sob pena de pormos em risco tudo o que alcançámos até agora com o grande esforço de todos os Portugueses.

Entre 2010 e 2012, a consolidação orçamental permitiu reduzir o défice orçamental de 9,2% para 5,8% do PIB, se excluirmos os efeitos pontuais. Em termos estruturais, dois terços do ajustamento estão já concluídos e cumprimos todos os limites quantitativos inscritos no Programa para o défice e para a dívida. Mais ainda, a disciplina orçamental foi reforçada e a transparência foi aumentada, como sucedeu nas alterações às leis de Enquadramento Orçamental, das Finanças Regionais e das Finanças Locais, bem como com a criação do Conselho de Finanças Públicas.

No entanto, na recta final do Programa de Assistência, e quando temos de preparar já o nosso futuro no pós-Troika, precisamos de ir mais longe na redução permanente da

despesa pública. O pós-Troika terá de obedecer às obrigações e regras comuns que decorrem da nossa pertença à área do euro. Quer as regras definidas no chamado “six-pack”, quer as obrigações estipuladas no Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança, aprovado pelos partidos da coligação governamental, assim como pelo principal partido da oposição, são muito claras e indicam o caminho da disciplina e responsabilidade orçamentais que teremos de seguir nos anos vindouros.

Uma vez tomada a decisão pelos agentes político-constitucionais de que o nosso compromisso com o euro não pode estar em questão, é preciso tirar todas as consequências. Sermos membros de pleno direito da União Monetária implica o cumprimento de todas essas obrigações. Se, além disso, compreendemos que a opção de reestruturar a dívida criaria problemas muito mais graves do que aqueles que se pretenderia resolver, temos de ser consequentes e perceber que a concretização de saldos primários orçamentais positivos ao longo dos anos decorre rigorosamente dessa opção.

É de admitir que alguma modalidade de mutualização da dívida ao nível europeu possa tomar forma no futuro. Alguns cenários serão mais plausíveis do que outros; uns serão certamente mais adequados do que outros. Mas seja como for qualquer uma das modalidades de mutualização trará consigo novas obrigações e condições. Nenhuma delas estará acessível sem disciplina, nem coordenação. E não devemos omitir as consequências e os custos de uma tal iniciativa. Isto é, haverá uma automática centralização do poder político e decisório nas instituições europeias em detrimento dos órgãos representativos nacionais. Não gozaremos certamente de mais autonomia para efetuar as nossas próprias escolhas nacionais. São dilemas complexos com que teremos de lidar. Nestas, como noutras matérias, a inconsequência é um mau serviço que prestamos ao País e à própria democracia.

Volto a sublinhar este ponto da máxima importância: este é o momento da verdade. Este é o momento de sermos consequentes com as nossas escolhas e coerentes com os nossos compromissos.

Não se trata apenas de responder para fortalecer a nossa credibilidade e assim recuperarmos a autonomia de financiamento do Estado. A crise nacional, bem como a crise financeira global, mostraram que precisamos de um Estado forte, com agilidade para atuar onde e quando é necessário. Mas mesmo se não tivéssemos sofrido uma crise tão abrupta não seria difícil chegar à mesma conclusão.

Ora, um Estado no fio da navalha da dívida e da ruptura de financiamento, um Estado amarrado pela rigidez nas suas possibilidades e na sua organização, tem muito maiores dificuldades em cumprir eficazmente as funções que os cidadãos justamente reivindicam. Realizar esse ajustamento do Estado agora, preparando o ano em que fechamos o Programa de Assistência, é indispensável para garantir condições de recuperação da economia. E é indispensável para correspondermos às justas expectativas que os Portugueses têm e terão, no futuro, quanto ao cumprimento das suas funções.

Aqui também estão em jogo os valores da previsibilidade e da coesão do nosso sistema político-constitucional. Isso não significa que devam desaparecer as legítimas

diferenças políticas e ideológicas entre os distintos projetos partidários. Trata-se, pelo contrário, de garantir a plataforma comum das regras do jogo em que se confrontam democraticamente diferentes propostas. Trata-se de garantir o chão comum – configurado pelos valores que nos unem enquanto comunidade política e pelos compromissos europeus que colectivamente estabelecemos – a partir do qual todo o sistema político-constitucional se pode abrir às naturais diferenças democráticas.

Temos, pois, de enfrentar estas escolhas nacionais com o rigor e a honestidade que as circunstâncias exigem. Estes têm sido tempos difíceis, e nestas alturas o terreno é fértil para propostas demagógicas e para simplificações enganadoras. Devemos ter a coragem de resistir a essa tentação. E, mais compreensivelmente, estes são tempos passíveis de suscitar o desejo que as escolhas que temos por diante não fossem tão duras e abruptas. Porém, é um imperativo não permitir que confundamos os nossos desejos com a realidade. E a verdade é que não temos uma infinita amplitude de meios, nem temos o tempo para mais adiamentos.

Muito está em causa e a fasquia nunca foi tão alta. Pela minha parte, estou certo de que o País, no seu conjunto e com todas as suas instituições, dará um exemplo à Europa e ao mundo de que se falará durante muito e muito tempo.

Muito obrigado.